



19 de novembro de 2024 | n° 102

20 de novembro: Dia Nacional da Consciência Negra



VEJA NESTA EDIÇÃO

- Pública reforça apoio à PEC 6/2024 em reunião do Mosap
- Ministro Flávio Dino destaca união Institucional no IX ENTIC
- Polícia Legislativa da Câmara propõe melhorias na segurança da Casa

AGENDA E EVENTOS IMPORTANTES

11 de novembro

Reunião com a Comissão Paritária

A reunião mensal da Comissão Paritária Mista de Negociação Permanente (CPMNP) foi realizada de forma online e contou com a participação dos representantes do Sindilex Daniel Santos, Miguel Lima e Marcos Alcyr, além dos representantes das administrações da Câmara Municipal e do Tribunal de Contas. O encontro teve como foco a discussão de diversos itens, incluindo a extensão da licença quinquenal (Lei 18.100) aos servidores do TCM e aos celetistas da Câmara, bem como o teto remuneratório.



Reunião com o Sindaf e gestores da Câmara

O presidente do Sindilex, Daniel Santos, e o diretor do Sindilex e presidente da Conacate, Antonio Carlos Fernandes, em conjunto com representantes da Ascam (Associação dos Servidores da Câmara Municipal) e do Sindaf-SP – (Sindicato dos Auditores Fiscais do Município), participaram de reunião com gestores da Câmara. Na pauta, foram tratadas demandas dos servidores, em especial o teto remuneratório.

Reunião da Diretoria

A reunião mensal da Diretoria foi realizada sob a coordenação do presidente, Daniel Santos. Promovida de forma online, o encontro abordou, entre outros temas, as seguintes questões:

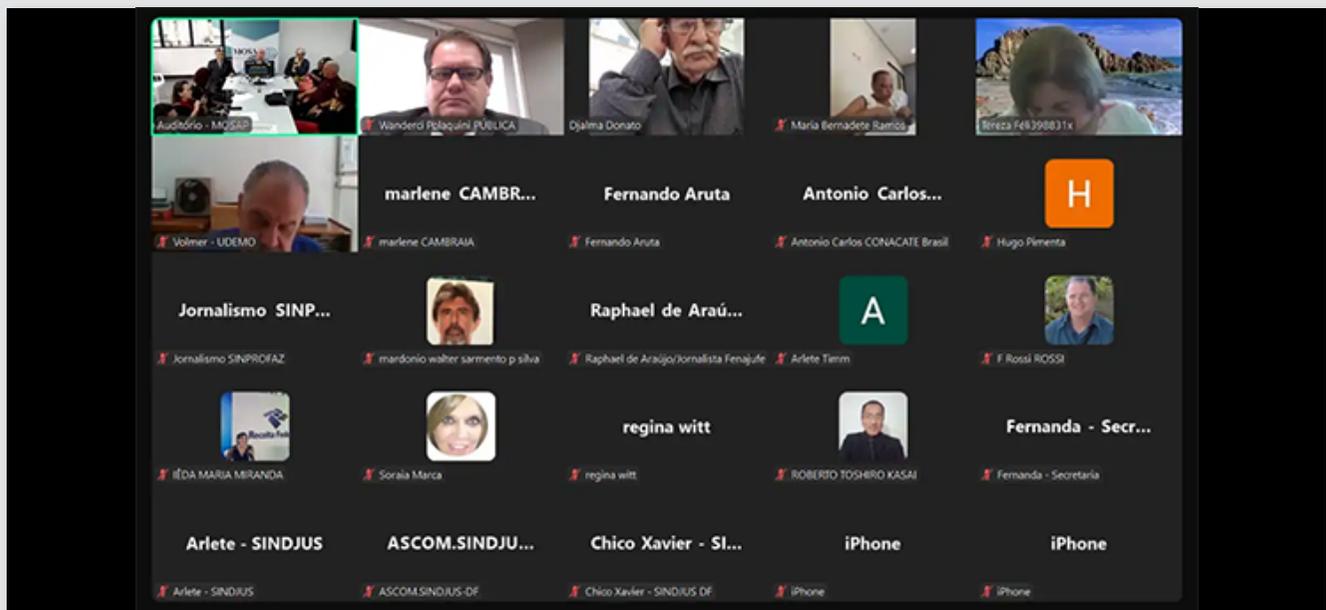
- Informes das atividades do Sindilex;
- Convocação para a ação de migração do Sampaprev;
- Licença quinquenal (CLT e TCM);
- Teto remuneratório e
- Análise da Proposta Orçamentária do Sindilex para o ano de 2025.



12 de novembro

Congresso da Conacate

O presidente do Sindilex, Daniel Santos, o diretor do Sindilex e também presidente da Conacate, Antonio Carlos Fernandes, o diretor de cargo em comissão, Djalma Donato, além do servidor e diretor eleito, Fernando Aruta, participaram da reunião do Mosap (Movimento Nacional dos Servidores Públicos Aposentados e Pensionistas). A principal pauta discutida foi o apensamento da PEC 6/2024 à PEC 555/2006, que propõe a gradual extinção da contribuição previdenciária dos servidores públicos aposentados. O objetivo do encontro foi alinhar esforços para a votação e aprovação da proposta no plenário da Câmara dos Deputados.



Agenda com o Presidente da Câmara

O presidente do Sindilex, Daniel Santos, em conjunto com representantes da Ascam (Associação dos Servidores da Câmara Municipal) e do Sindaf-SP – (Sindicato dos Auditores Fiscais do Município), participaram de reunião com o presidente da Câmara Municipal. Na pauta, foram tratadas demandas dos servidores, em especial o teto remuneratório.



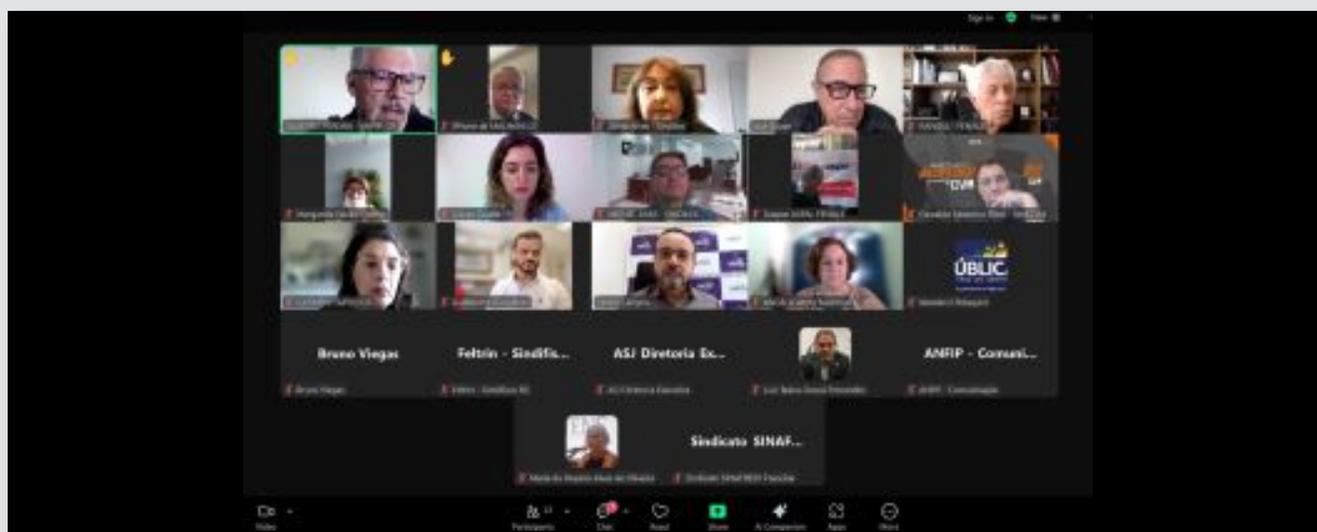
13 de novembro

Plantão do Sindilex no TCM

O presidente do Sindilex, Daniel Santos esteve presente no Tribunal de Contas, onde conversou com autoridades e dialogou com servidores de diversos setores sobre as demandas da categoria. Os plantões no TCM geralmente ocorrem às quartas-feiras pela manhã.

Reunião da Pública

O vice-presidente, Miguel Lima, e a diretora de Comunicação, Sônia Alves, participaram da reunião online da Pública Central do Servidor. Sob a coordenação do presidente, José Gozze, os participantes debateram a seguinte pauta (resumida): STF e o fim do RJU; financiamento do RPPS; Audiência no Colégio de Líderes; PEC 6, PEC 66, congelamento e Dep Federais; Seminário “O serviço público e os servidores”; Conversa com Deputados Federais nos Estados; e Convocação para visita aos gabinetes dos Deputados Federais nos dias 3 a 5 em Brasília.



Reunião com o Chefe de Gabinete do TCM

O presidente do Sindilex, Daniel Santos, e o secretário-geral do Sindilex e presidente da Astcom, Eduardo Carrion, participaram de uma reunião com o Chefe de Gabinete da Presidência do TCM. Na pauta, foram discutidas as demandas dos servidores, com destaque para a licença quinquenal.

DATAS E EVENTOS IMPORTANTES



NOVAS
DATAS



Atente-se à nova data! As eleições para o Conselho Deliberativo e Fiscal do IPREM ocorrerão nos dias 25 e 26 de novembro.

O Sindilex apoia **Aldo Cuomo**, Consultor Legislativo, Contador da Câmara Municipal e Tesoureiro do Sindilex.

Aldo Cuomo é contador formado pela FEA-USP e servidor público desde 2009. Atuando como Consultor Técnico Legislativo e Tesoureiro Geral do SINDILEX, Aldo possui ampla experiência em tesouraria, controle interno e gestão de despesas. Ele também é Conselheiro Deliberativo da SPPREVCOM e está cursando mestrado em Gestão de Políticas Públicas pela FGV.

Com apoio do **SINDILEX, ASTCOM e FENALEGIS**, **Aldo Cuomo** se compromete com uma gestão transparente e eficiente no Conselho Fiscal do IPREM.

Como Votar?

- **Início: 25/11, às 8h e Encerramento: 26/11, às 16h**
- Acessar o Link: <https://eleicaoiprem.prodam.sp.gov.br/>
- Digitar o número do registro funcional (RF)
- Digitar sua data de nascimento
- Escolher um candidato para o **Conselho Deliberativo**
- Escolher um candidato para o **Conselho Fiscal**



SINDICALISMO PELO BRASIL



Pública reforça apoio à PEC 6/2024 em reunião do Mosap

A Pública Central do Servidor participou, na manhã desta terça-feira (12/11), da reunião online do Movimento Nacional dos Servidores Públicos Aposentados e Pensionistas (Mosap), que ainda contou com a participação das entidades filiadas e parceiras, para debater principalmente o apensamento da PEC 6/2024 à PEC 555/2006, que propõe a gradual extinção da contribuição previdenciária dos servidores públicos aposentados. O objetivo do encontro foi alinhar esforços para a urgente votação e aprovação da proposta no Plenário da Câmara Federal.

O vice-presidente da Pública, Wanderci Polaquini, destacou o trabalho contínuo que tem sido desenvolvido junto às entidades filiadas para fortalecer a causa dos servidores. Também informou sobre o “Esforço Concentrado”, que acontecerá de 3 a 5 de dezembro, em Brasília, com mobilização intensa para pressionar os parlamentares e avançar a pauta.

O evento reafirmou o compromisso das entidades em coordenar ações estratégicas que assegurem os direitos dos servidores públicos, reforçando a pressão política em torno da aprovação da PEC 6.

A Pública esteve representada por seu vice-presidente, Wanderci Polaquini, e o Sindilex esteve representado pelo seu presidente, Daniel Santos, e pelo seu Diretor dos Aposentados, Djalma Donato. A reunião contou também com a presença do presidente da Conacate, Antônio Carlos Fernandes e do servidor aposentado da Câmara Fernando Aruta.

Fonte: [Pública Central do Servidor](#)

TRIBUNAIS DE CONTAS PELO BRASIL



Ministro Flávio Dino destaca união Institucional no IX ENTC



Imagem: Reprodução

Na manhã da última quinta-feira (14/11), em Foz do Iguaçu (PR), ocorreu o encerramento do IX Encontro Nacional dos Tribunais de Contas. Na abertura da conferência de encerramento, o discurso foi realizado pelo Ministro Flávio Dino, que conclamou a união das instituições, a convergência e a conjunção de esforços, diante de uma plateia de mais de mil e quinhentas pessoas.

Em sua oratória, o Ministro Flávio Dino fez menção ao atentado ocorrido na Praça dos Três Poderes, em Brasília, para justificar sua posição em favor da unidade: “Em contraposição, há uma lógica que marca o nosso tempo, que é a da pulverização do ultraindividualismo, da dissolução dos laços interpessoais. Vimos, mais uma vez, infelizmente, os reflexos disso, de forma fática, material, naquele terrível evento de ontem à noite na Praça dos Três Poderes, em Brasília. Isso, é claro, é lamentável sob o ponto de vista humano. Uma pessoa morreu.”

Com o tema ‘Tribunais de Contas: Essencialidade na República – Papel na Sociedade Contemporânea’, o ministro complementou o raciocínio inicial, citando novamente o ocorrido na Praça dos Três Poderes: “Quero consignar que o ataque não é à estátua da Justiça, não é ao edifício do Supremo. O ataque é contra a legalidade, contra a Constituição, contra os controles democráticos.”

Flávio Dino ainda fez questão de enfatizar a importância do papel dos Tribunais de Contas, dizendo que eles são guardiões de princípios fundamentais. “Buscar o máximo coeficiente possível de justiça”, acrescentou. “Prover segurança, estabilidade e previsibilidade a quem gerencia o dinheiro público, buscar consensualidade tanto quanto possível, mas, sobretudo, estar à altura de alguns chamados que são importantes para nós, para nossas famílias, mas, sobretudo, para os nossos chefes: o cidadão, os cidadãos do nosso país, que pagam os nossos salários. Me refiro aos chamados atinentes à transparência, probidade, economicidade e eficiência, para que possamos, com isso, garantir que o dinheiro público chegue aos lares de seus verdadeiros donos.”

Ele abordou casos analisados pelo Supremo que têm direta ligação com os Tribunais de Contas. O primeiro deles trata da questão das emendas parlamentares, cuja execução está suspensa pelo ministro. “Coloca-se, de modo muito nítido, talvez pela primeira vez na história do Supremo, o debate sobre o devido processo legal orçamentário”, frisou.

[Leia a íntegra clicando aqui](#)



LEGISLATIVOS PELO BRASIL

Polícia Legislativa da Câmara propõe melhorias na segurança da Casa



Imagem meramente ilustrativa: Reprodução

A Polícia Legislativa da Câmara dos Deputados pretende sugerir mudanças nos protocolos de segurança da Casa após as explosões ocorridas na quarta-feira (13) à noite na Praça dos Três Poderes e proximidades. Mas já há um reforço da segurança.

Uma das ideias é restringir a entrada principal do Congresso, chamada de Chapelaria, às autoridades. Hoje, ela é de acesso público embora, após o 8 de janeiro, todas as entradas tenham detectores de metais e raio-x.

De acordo com a Polícia Legislativa, o autor do atentado, Francisco Wanderley Luiz, entrou na Câmara pelo anexo 4, às 8h15 da manhã de quarta, entregou documento, passou pelo raio-x, foi ao banheiro e saiu novamente. O carro de Francisco com explosivos estava justamente no estacionamento público próximo ao anexo 4, onde está a maior parte dos gabinetes dos deputados.

Com auxílio da Polícia Militar de Brasília, foi feita uma varredura na madrugada desta quinta (14) nos locais por onde Francisco passou e, segundo o BOPE, foram encontrados artefatos explosivos no trailer e na residência alugada pelo autor dos atentados.

Também nesta quinta pela manhã, ocorreram algumas explosões controladas no estacionamento público, duas em artefatos suspeitos, uma para abrir o carro de Francisco e outra para abrir um quiosque que ele alugou. Após essas medidas, os servidores e parlamentares puderam voltar ao trabalho ao meio-dia.

Segundo informações da inteligência da PF, Francisco foi candidato a vereador pelo PL em Rio Sul, estado de Santa Catarina, de onde saiu com seu automóvel um dia antes dos atentados rumo a Brasília.

Sessão do Plenário

No momento das explosões, na quarta, estava acontecendo uma sessão de votação no Plenário da Câmara que acabou sendo interrompida pelo deputado Sóstenes Cavalcante (PL-RJ), que presidia os trabalhos. “Não é para alardear. Pode estar tudo sob controle lá fora. Só que eu vou pedir para que esteja aqui alguém da segurança para que eles possam passar as orientações corretamente, com as devidas técnicas, para que todos possamos estar seguros.”

As investigações sobre as explosões ainda estão em andamento. A Polícia Legislativa trabalha em colaboração com as outras forças policiais.

TEXTOS CRÍTICOS

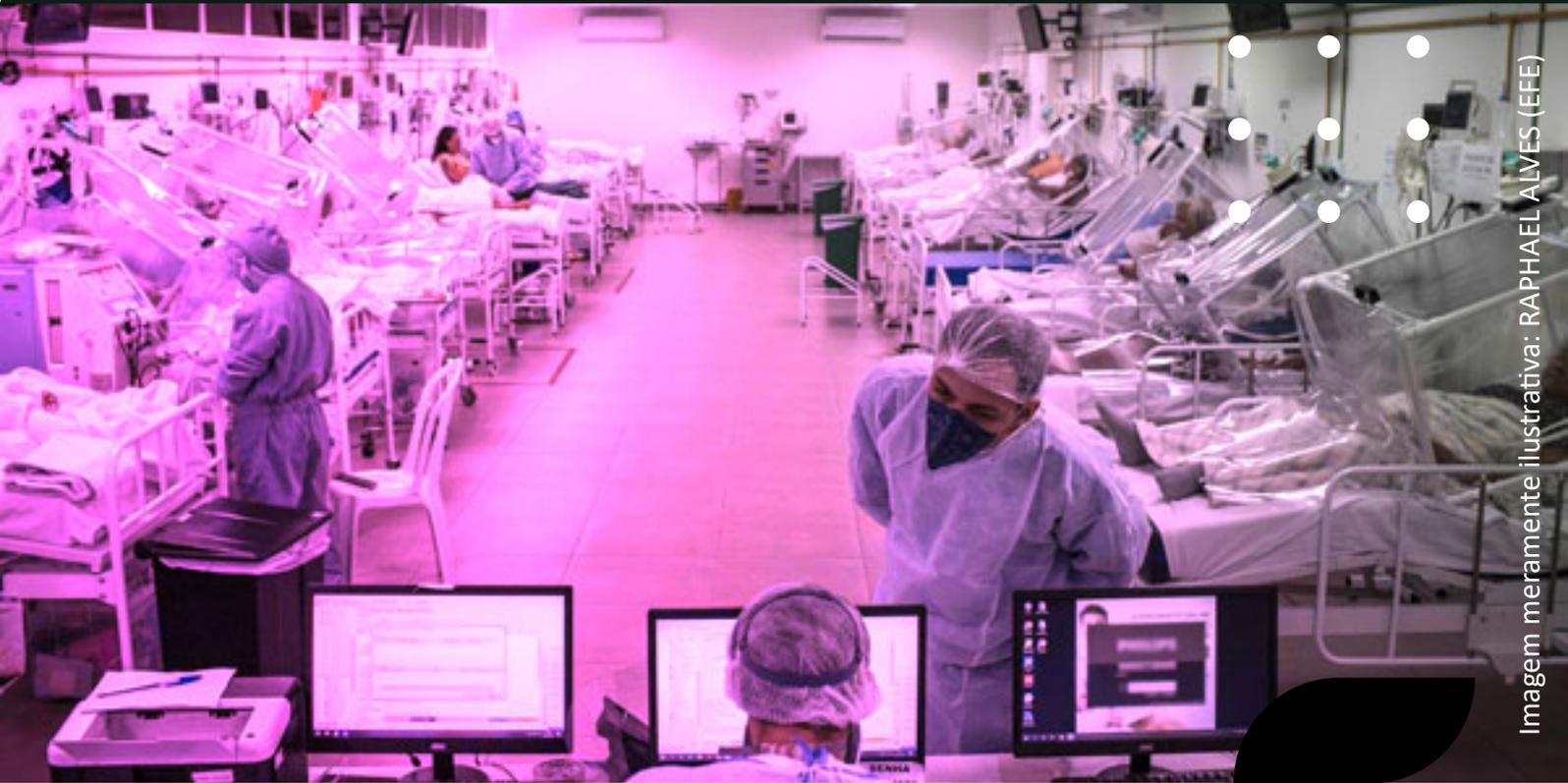


Imagem meramente ilustrativa: RAPHAEL ALVES (EFE)

Em defesa dos servidores públicos brasileiros

por Esther Dweck

O editorial da Folha deste domingo (17/11) ignora que a estabilidade do servidor público não é privilégio, mas um pilar da defesa do Estado. Desde janeiro, o governo Lula avançou na Transformação do Estado com foco em eficiência, integridade e continuidade.

A estabilidade assegura uma burocracia profissional que atua independente de governos, protegendo servidores que denunciam irregularidades e garantindo a qualidade de políticas públicas essenciais. É ferramenta de defesa do Estado e não de privilégios individuais.

O MGI vem implementando melhorias na gestão pública, como o Programa de Gestão e Desempenho (PGD), já aprovado por 84% dos órgãos federais. Ele fomenta uma gestão por resultados e não apenas por frequência, incentivando entregas de qualidade.

A estabilidade deve ser acompanhada de processos permanentes de avaliação do desempenho, regras claras para progressão de carreira que considerem esses resultados e um processo de formação continuada. Essa é uma agenda que vem avançando em várias frentes e é prioridade do MGI.

Demissões de servidores sem processos robustos abrem portas para perseguições políticas e prejuízos em políticas públicas. Como resistir à pressão de desmatadores ou garantir a qualidade na educação se a estabilidade não proteger o trabalho dos servidores?

A história confirma a importância da estabilidade: servidores denunciaram irregularidades em contratos de vacinas durante a pandemia e barraram pressões ilegais no caso das joias sauditas. Sem estabilidade, isso seria possível?

Dados desmentem a preocupação fiscal: os gastos com servidores públicos federais permaneceram estáveis em % do PIB, mesmo com reajustes negociados. Em 2023, representam 2,61% do PIB e seguirão equilibrados até 2026.

Propor o fim da estabilidade para “aliviar” crises fiscais é um erro. O Estado não pode ser gerido como uma empresa privada. Precisamos de políticas públicas resultantes e profissionais preparados para enfrentar desafios.

A experiência da pandemia mostrou o papel fundamental do Estado e do SUS. Não fosse a estabilidade e o preparo dos servidores, o impacto da crise seria ainda maior. É hora de aprender com essas lições, não retroceder.

O Brasil precisa de uma administração pública eficiente, estável e profissional para enfrentar desafios e reduzir desigualdades.

Esther Dweck é Ministra da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos

[Fonte](#)

Nota: Os artigos representam a opinião dos autores e não necessariamente a opinião da Diretoria do Sindilex.



**AUDITORIA
CIDADÃ DA DÍVIDA**

Aumentar juros não controla o tipo de inflação do Brasil



Imagem meramente ilustrativa: reprodução

Altas na taxa enriquecem os rentistas da dívida pública

Por: Auditoria Cidadã da Dívida

Nos últimos dias, a grande imprensa noticiou a inflação (IPCA/IBGE) de outubro como uma suposta prova de que a diretoria do Banco Central estaria certa em aumentar – e em ritmo ainda maior – a taxa básica de juros (Selic), para conter a inflação. Segundo esta visão, as pessoas estariam consumindo muito (demanda aquecida), e assim pressionando os preços para cima, razão pela qual seria necessário um aumento no custo de financiamentos e empréstimos, para desestimular o consumo.

Porém, na verdade, quando analisamos os dados oficiais do IBGE, verificamos que 76% da inflação acumulada de janeiro a outubro (3,88%) se devem a fatores que não possuem relação com uma suposta demanda aquecida, mas sim a altas de alimentos (devido a fatores climáticos e à priorização da agropecuária de exportação), preços administrados pelo próprio governo (combustíveis, energia, taxa de água e esgoto, medicamentos, Planos de Saúde, telecomunicações) e tarifas bancárias.

Sobre este último item, é interessante comentarmos que o setor financeiro no Brasil – marcado por um oligopólio de grandes bancos – aumentou suas tarifas em nada menos que 8% de janeiro a outubro, ou seja, MAIS QUE O DOBRO DA INFLAÇÃO DO PERÍODO, tendo sido responsável por quase a metade de toda a inflação do item “despesas pessoais” do IPCA. E depois alegam que a inflação (especialmente a de serviços) estaria muito alta, para defender altas de juros, quando na realidade deveria haver uma forte regulamentação desse setor no país.

Portanto, as altas de juros decididas pela diretoria do Banco Central – que impactam fortemente as despesas e o estoque da dívida pública – são um forte fator de ilegitimidade dessa dívida, que não tem financiado as áreas sociais, mas tem servido apenas para pagar a própria dívida.

[Fonte](#)

Nota: Os artigos representam a opinião dos autores e não necessariamente a opinião da Diretoria do Sindilex.

INFORMES IMPORTANTES

NOVEMBRO



ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA *online*

PARTICIPE!

PAUTA

**Definir a
Previsão
Orçamentária
de 2025**



DIA
25/11



HORÁRIO
19H00
em primeira convocação
19H30
em segunda convocação



[Acesse o zoom pelo
QR Code ou no link abaixo](#)

[Acesse aqui](#)

MASSOTERAPIA

ADRIANA VALÉRIA RIBEIRO



Melhores benefícios da
*Drenagem
Linfática*

1. Redução de inchaços e edemas;
2. Eliminação de toxinas acumuladas;
3. Melhora a circulação, contribuindo para uma pele mais saudável;
4. Alívio de dores musculares;
5. Redução da celulite ao melhorar a circulação e reduzir o surto;
6. Relaxamento e redução de estresse;
7. Fortalecimento do sistema imunológico;
8. Melhora a digestão, pois ajuda na movimentação do sistema digestivo

AGENDE SUA CONSULTA: (11) 3104.1023

ESTÉTICA AVANÇADA

DRA. MARGARETE HAMAMURA

- Tricologia
- Estética Facial
- Harmonização Facial
- Estética Corporal
- Fios Tecnológicos
- Eletroterapias
- Intradermoterapia



MEDICINA TRADICIONAL CHINESA

- Acupuntura Tradicional
- Acupuntura Estética
- Moxabustão
- Ventosas
- Laserpuntura
- Eletroacupuntura
- Auriculopuntura



AGENDE SUA CONSULTA: (11) 3104.1023

AÇÕES JUDICIAIS

Acompanhe as matérias com ações judiciais em andamento e outras possíveis de se ingressar

Atenção servidor, fique atento ao seu saldo do PASEP



Ação PASEP

Programa de formação do Patrimônio do Servidor Público

Histórico

No início do mês de outubro, o Superior Tribunal de Justiça no Tema 1.150, fixou teses sobre a responsabilidade do Banco do Brasil por saques indevidos ou má gestão dos valores em contas vinculados ao PASEP.

Portanto, aqueles que se tornaram servidores públicos antes da promulgação da Constituição Federal de 1988, podem ter direito à restituição de quantias significativas se forem detectadas irregularidades em seus extratos de conta PASEP.

Finalidade da Ação

A ação visa o ressarcimento de danos ocorridos em razão do desfalque em conta individual vinculada ao PASEP.

Perguntas e respostas sobre o PASEP

1) Existe data-limite para ingressar com a ação?

- Não existe limite. O prazo prescricional vai começar a correr após a entrega dos documentos pelo banco.

2) Os filhos podem entrar em nome de pais falecidos?

- Os filhos podem entrar com a ação em nome dos pais falecidos. A dificuldade que eles podem encontrar é de obter o extrato do PASEP junto ao Banco do Brasil.

Honorários

1) Análise do extrato e verificação da existência de saldo a ser cobrado na ação:

- R\$ 500,00 para filiado Sindilex
- R\$ 600,00 para não filiado Sindilex

2) Se houver saldo:

2.1) Ajuizamento da ação:

- R\$ 500,00 para filiado Sindilex
- R\$ 600,00 para não filiado Sindilex

2.2) 20% do valor a ser recebido.

Procedimento

1) Solicitar extrato da conta PASEP junto ao Banco do Brasil:

- **Requerimento Extratos do PASEP:**

Obs: Para os períodos anteriores a 1999, solicitar extrato ao Banco do Brasil em formato microfilmado.

2) Encaminhar extrato para o Sindilex:

Email: sindilex@sindilex.org.br

Whatsapp: (11) 96607-9578

3) Documentação adicional

- **Contrato de consultoria dos cálculos (fase preliminar)**

[Clique aqui para acessar o formulário \(filiado ao Sindilex\)](#)

[Clique aqui para acessar o formulário \(não filiado ao Sindilex\)](#)

- **Procuração**

[Clique aqui para acessar o formulário](#)

- **Contrato de serviços advocatícios**

[Clique aqui para acessar o formulário \(filiado ao Sindilex\)](#)

[Clique aqui para acessar o formulário \(não filiado ao Sindilex\)](#)

- **Documento de identidade (RG) e CPF**

- **Comprovante de endereço**

Ação de Quinquênios sobre Parcela Fixa

Aguarde! Em breve encaminharemos um comunicado com informações adicionais e procedimentos para ingresso na ação.

Painel de Ações Judiciais em andamento

O Sindilex impetrou várias ações coletivas e individuais, visando defender os interesses dos servidores da categoria.

[Para mais detalhes, veja o resumo e acompanhe o status atualizado das ações clicando aqui](#)



Este foi o boletim Sindilex com as últimas atualizações e informações relevantes. Para manter-se sempre informado e participativo, não deixe de nos acompanhar. Além disso, estamos abrindo um canal especial para perguntas e sugestões, reforçando nosso compromisso com a transparência e a participação de todos. Compartilhe suas ideias e contribua para um Sindilex ainda mais representativo. Aguardamos o seu contato!

Ousar lutar, ousar vencer.

Visite nosso site www.sindilex.org.br e saiba mais